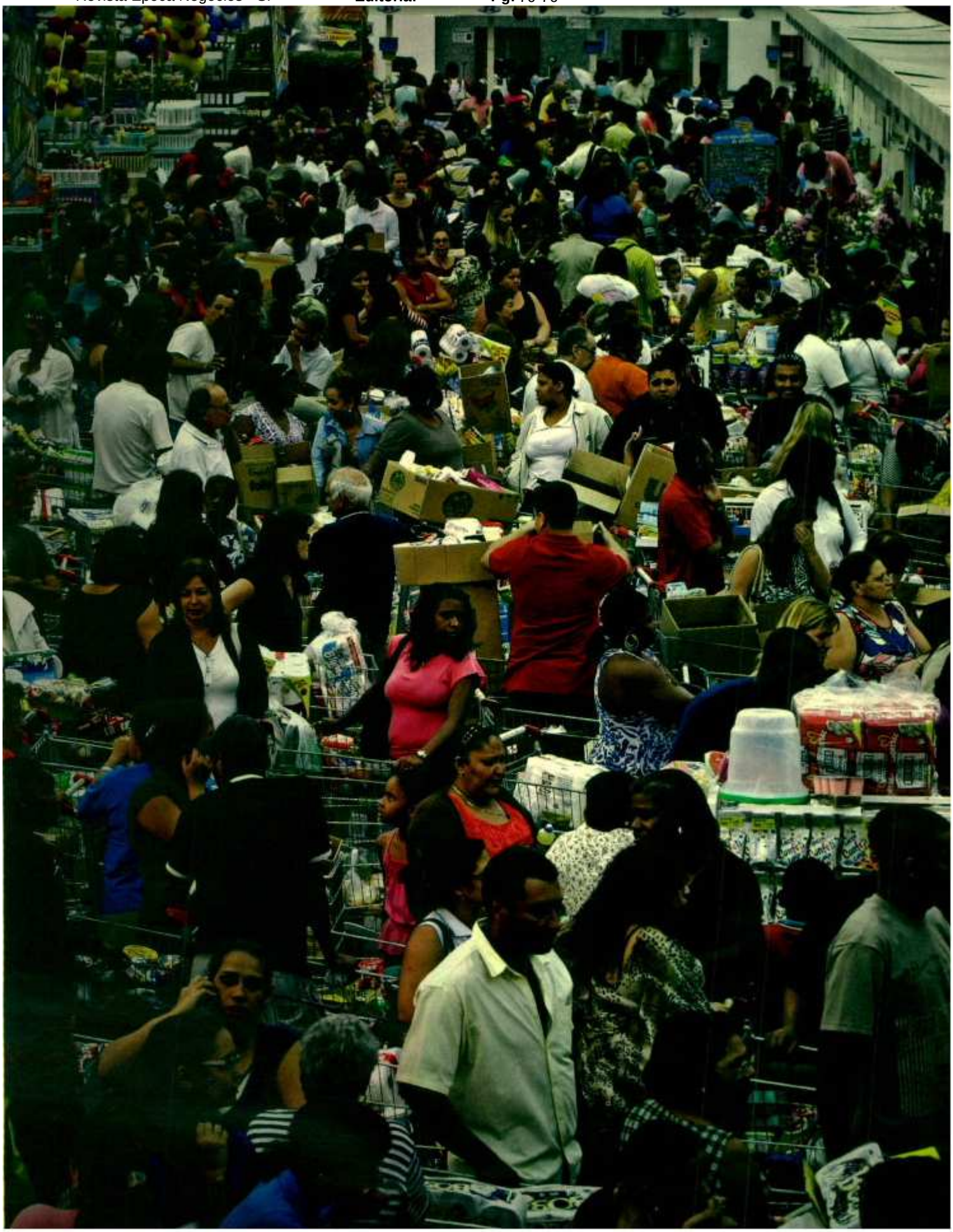
Fundação Getulio Vargas **Tópico:** CPS
01/11/2010
Revista Época Negócios - SP **Editoria:** - **Pg:** 70-76



NO SUPERMERCADO_ Consumidores cariocas lotam uma loja da rede Guanabara, em outubro: a classe C não quer só comida

É HORA DE DAR O MERCADO AOS POBRES

ELES DEVEM SER TRATADOS COMO PROTAGONISTAS DE SUA HISTÓRIA, EM VEZ DE MEROS RECEPTORES PASSIVOS DE TRANSFERÊNCIAS DE DINHEIRO OFICIAL E DE CRÉDITO CONSIGNADO

POR **MARCELO NERI***

O BOLO DE RENDA BRASILEIRO ESTÁ CRESCENDO COM MAIS FERMENTO entre os mais pobres. Entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais ricos aumentou em 1,49% ao ano, enquanto a dos mais pobres cresceu à notável taxa de 6,79% por ano. O Brasil está prestes a atingir o seu menor nível de desigualdade de renda desde que os registros foram iniciados, em 1960. Na verdade, a desigualdade no país permanece entre as dez maiores do mundo e levaria 30 anos, no atual ritmo de crescimento econômico, para atingir os níveis dos Estados Unidos. Isso significa, porém, que existem consideráveis reservas de crescimento pró-pobres, que só começaram a ser exploradas na década passada. Afinal, a economia brasileira voltou a se expandir de forma sistemática apenas após o fim da recessão de 2003.

Como consequência da combinação de crescimento com redução da desigualdade, entre 2003 e 2009, 29 milhões ingressaram nas fileiras da nova classe média (classe C), onde hoje estão 94,9 milhões de brasileiros – 50,5% da população. As classes A e B cresceram ainda mais (39,6%) em termos relativos nesse período, quando 6,6 milhões de pessoas foram incorporadas a elas. Hoje reúnem 20 milhões de brasileiros, 10,6% da população. Ao todo, 35,7 milhões de brasileiros foram adicionados aos estratos econômicos médios e altos, sintetizados nas classes A, B e C, no período de 2003 a 2009. Em contrapartida, a

base da pirâmide econômica, formada pelas classes D e E, foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 73,2 milhões em 2009, sendo 2 milhões em pleno ano da crise internacional. Isso significa que nas últimas sete edições da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) mais de meia população do Reino Unido foi incorporada às classes A, B e C.

Os 50,5% da população brasileira hoje chamada de nova classe média poderia, sozinha, decidir uma eleição presidencial. Esta também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentra 46,2% do poder de compra dos brasileiros, superando as classes A e B – estas com 44,12% do poder de compra total. As demais classes, D e E, têm hoje 9,65% do poder de compra nacional, uma queda expressiva ante o nível de 19,79% registrado imediatamente antes do lançamento do Plano Real.

Dados sobre os ganhos de renda familiares para as seis principais regiões metropolitanas do Brasil mostram que, em janeiro de 2009, a crise internacional atingiu os bolsos brasileiros de forma intensa, causando um aumento de 6,8% na pobreza apenas nesse mês. No entanto, desde fevereiro de 2009, o Brasil livrou-se da crise e recuperou seu ritmo de crescimento. Na realidade, superou-o. Nos 12 meses encerrados em julho de 2010, a pobreza caiu 11,3%, e a classe C cresceu 3,4%. A renda está 25% maior e a desigualdade 50% menor do que no período de ouro de 2003 a 2008.

O crescimento robusto do emprego formal, duplicado desde 2004, é o principal símbolo da nova classe média. O Brasil vinha, até há pouco, quebrando, mês após mês, seu recorde anterior de emissão de novas carteiras de trabalho, apesar da ausência de qualquer reforma trabalhista e previdenciária significativa. Segundo o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), nos nove primeiros meses do ano, o país gerou 2,2 milhões de postos de trabalho formais, superando qualquer ano completo da série até 2003. Dados os custos de contratação e demissão, anormalmente elevados pela legislação trabalhista brasileira, este movimento sugere expectativas empresariais bastante positivas para o futuro. Embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo – 4,72% ao ano entre 2003 e 2009 –, a parcela devida ao trabalho, que corresponde a 76% da renda total no Brasil, não ficou muito atrás. O incremento médio, no mesmo período, foi de 4,61% ao ano, o que confere sustentabilidade a este movimento para além das transferências de renda oficiais.

Da mesma forma, a queda do nível de desigualdade e o aumento dos anos de escolaridade indicam uma melhoria continuada no futuro. Aumentos no número de anos passados na escola no período 2003-09 são responsáveis por 65,3% do expressivo crescimento de 7,95% ao ano da renda per capita média dos 20% mais pobres no país. E por 24% do aumento de 3,66% na renda dos 20% mais ricos. De forma complementar, a nova POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) indica que, nesse mesmo período, houve um aumento da poupança financeira das famílias.

É POSSÍVEL SAIR DO VELHO DILEMA ENTRE EFICIÊNCIA E EQUIDADE POR MEIO DA UNIÃO HARMONIOSA DESSES VETORES

*B DE BRICS*_O Brasil está, como se diz na gíria, bombando. Enquanto nossa desigualdade caiu, a dos demais Brics (Rússia, Índia e China), embora mais baixas, seguiram subindo. Portanto, a goleada de crescimento sofrida pelo Brasil frente a outros Brics depende do placar que se olha. Nossas taxas de crescimento ainda estão aquém das de outros Brics, especialmente a China. No entanto, a qualidade do crescimento brasileiro é indiscutivelmente melhor do que o chinês em vários aspectos: melhor tratamento do meio ambiente e do trabalho, juntamente com a igualdade crescente. O Brasil é uma democracia que aprendeu de maneira dura como é difícil promover uma boa política dentro de um sistema bagunçado. O país ainda enfrenta muitos obstáculos, incluindo ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de obstáculos regulatórios. Mas, para as perspectivas de crescimento futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, mas como eles evoluem no tempo. O Brasil pode avançar verticalmente se escolher os caminhos certos em direção à sua fronteira de possibilidades.

É preciso ir além e "dar o mercado aos pobres", completando o movimento dos últimos anos, quando, pelas vias da queda da desigualdade, "demos os pobres aos mercados *[consumidores]*". Devemos tratar o pobre como protagonista de sua história e não como um passivo receptor de transferências de dinheiro oficial e de crédito consignado. Nada contra, mas há que se turbinar o protagonismo das pessoas. Nos termos do dilema confuciano entre "dar o peixe" e "ensinar a pescar", isto signifi-

DE POBRE A **CLASSE MÉDIA** EM DEZ ANOS

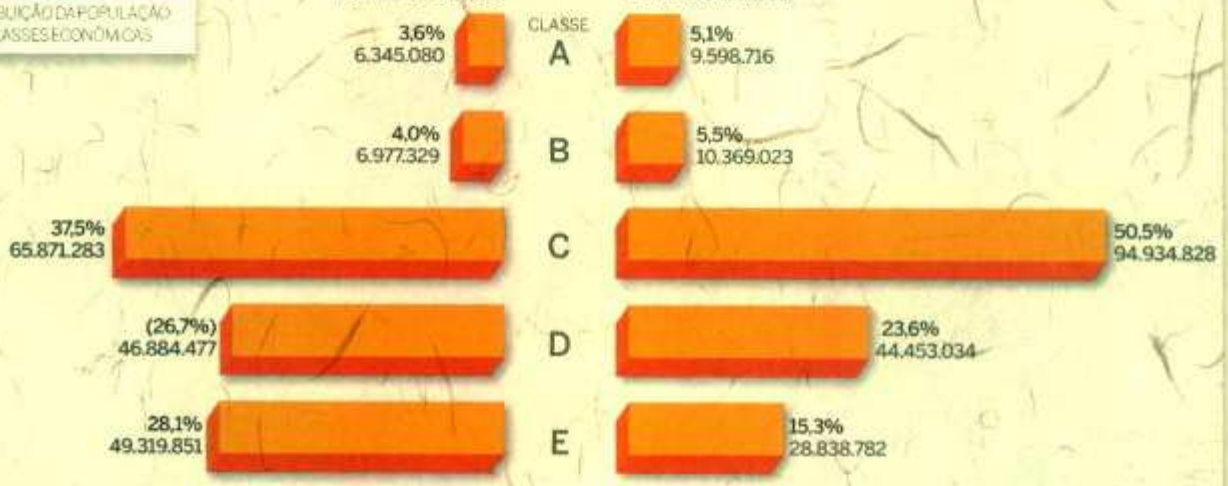
A renda aumentou e a desigualdade caiu na "década da classe C"

EVOLUÇÃO DA RENDA MÉDIA

SALÁRIO MENSAL (EM R$)

DOIS MOMENTOS

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CLASSES ECONÔMICAS



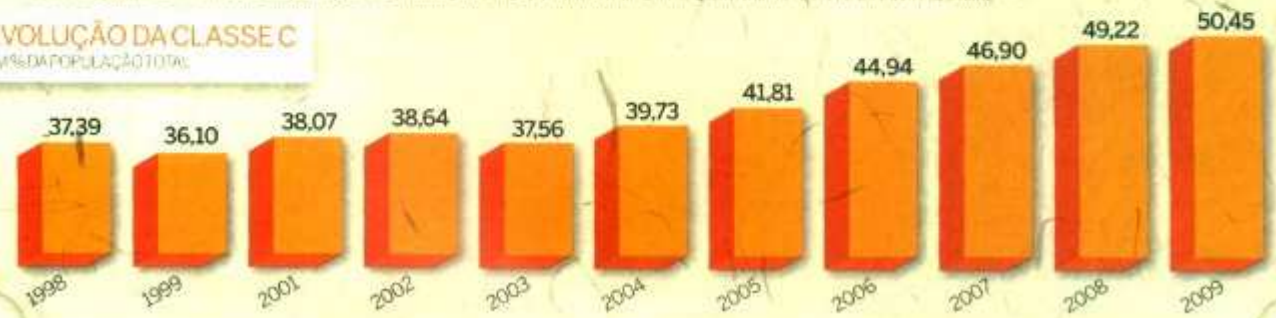
RECUO DA DESIGUALDADE

ÍNDICE DE GINI*

*O ÍNDICE DE GINI MEDE O GRAU DE DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA FAMILIAR PER CAPITA. QUANTO MAIS PRÓXIMO DE 1, MAIS DESIGUAL

EVOLUÇÃO DA CLASSE C

EM % DA POPULAÇÃO TOTAL



FONTE: ESTUDO "A NOVA CLASSE MÉDIA: O LADO BRILHANTE DOS POBRES"

ca mostrar aos pobres que aprenderam a pescar o "mercado de peixes".

Quando os mercados estão incompletos, é possível sair do velho dilema entre eficiência (direita) e equidade (esquerda) e ganhar por meio da união harmoniosa desses vetores. Concretamente, no âmbito das políticas públicas pelo lado financeiro, falo de microsseguro e de microcrédito. O crédito produtivo popular é fundamental para dar vazão aos espíritos empreendedores da baixa renda. Temos o exemplo do Crediamigo, de um banco público federal em área pobre (o Banco do Nordeste), que funciona na linha proposta por Mohammad Yunus, criador do Grameen Bank, pois usa sistema de grupo solidário nos colaterais.

O Crediamigo cobre 60% do mercado nacional de microcrédito, gerando aumento médio de lucro de 13% ao ano a seus clientes, que são empresas informais de fundo de quintal, tais como mercearias, biscateiros, escolas privadas etc. A probabilidade de um cliente que era pobre sair da pobreza em 12 meses após o crédito é de 60%, ante 2% de probabilidade do movimento em sentido contrário. Isto sem subsídios, pois o programa gera um lucro de R$ 50 ao ano por cliente. O Crediamigo acabou de ser eleito a melhor experiência de microcrédito do continente americano pela principal agência de rating de microcrédito, a MIX Market. Há riqueza no meio da pobreza, e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nesta busca.

Uma agenda que está atrofiada no Brasil é aquela ligada aos trabalhadores por conta própria e pequenos produtores urbanos, que carecem de acesso aos mercados consumidores. Cerca de 65% dos empresários nanicos urbanos dizem que seu principal problema é falta de clientes ou concorrência acirrada. São problemas de demanda e não de oferta, como formalização, infraestrutura, acesso a crédito etc. Faltam políticas de acesso a mercados consumidores, tais como exportação por meio de cooperativas de pequenos produtores, potencialização do comércio eletrônico e mesmo compras governamentais. Como nos casos em que municípios cearenses compram carteiras escolares e merenda de produtores locais. A estabilidade macroeconômica cria terreno fértil para o desenvolvimento dos mercados na base da pirâmide, assim como a diminuição da violência. As UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) cariocas são um exemplo vivo de como "o choque de ordem" pode levar a um "choque de progresso". Uma boa política de transporte nas zonas urbanas, onde vive 85% da população brasileira, segue nesta linha. Em particular, nos casos de São Paulo e do Rio de Janeiro. Este último é o primeiro caso de Bilhete Único intermunicipal, aproximando os pobres das periferias dos mercados, sem que, para isso, precisem morar em favelas.

"Dar o mercado" significa, acima de tudo, melhorar o acesso das pessoas ao trabalho. A agenda de reformas trabalhista, previdenciária e tributária (desoneração da folha de pagamento etc) turbina a relação entre crescimento e o mercado de trabalho. Mas fica difícil falar delas quando geramos quase 2 milhões de empregos formais em oito meses. A educação funciona como passaporte para o trabalho formal. Refiro-me a todos os níveis escolares formais e à educação profissional. A prática de premiar os professores com salários atrelados às notas dos alunos é outro exemplo recente de "salário-eficiência", vigente nos estados de São Paulo e Pernambuco e na cidade do Rio de Janeiro. Como o setor público é, ou deveria ser, mais próximo dos pobres, pode pavimentar o acesso ao mercado.

A avaliação de proficiência escolar traz aos pais uma medida transparente da qualidade da escola de seus filhos, melhorando o funcionamento do setor público. Se a opção é ir além do "dar o mercado aos pobres", usando o Estado como ponte, vale incorporar na agenda do choque de gestão a conexão da distribuição de recursos orçamentários com a performance das diferentes unidades receptoras, medidas por indicadores sociais. Alguns gostariam de uma agenda mais amigável à ação privada, outros gostariam de um Estado provedor. O coletivo de brasileiros, no fundo, quer as duas coisas. Respeito às regras de mercado, com política social ativa pelo Estado. Se os consensos de Washington não vigoram em Brasília, Caracas também não é aqui. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados. Este é o caminho do meio a ser trilhado pela nova classe média brasileira. EN

O DESAFIO É COMBINAR AS VIRTUDES DO ESTADO COM AS DOS MERCADOS, EVITANDO AS FALHAS

**Marcelo Neri é economista-chefe do Centro de Políticas Sociais e professor da EPGE na Fundação Getulio Vargas*